

GOIÂNIA É AZUL: o acidente com o céσιο 137

Elza Guedes Chaves¹

Na cidade de Goiânia, durante a ensolarada e calorenta tarde domingueira de 13 de setembro de 1987, dois sucateiros — Roberto Santos Alves e Wagner Mota Pereira — dirigiram-se às ruínas de um prédio situado entre as Avenidas Tocantins e Paranaíba, no centro da cidade, onde funcionara uma clínica de radioterapia, visando retirar do local um equipamento abandonado. Movia-os a possibilidade de utilizarem o chumbo que revestia o aparelho para vendê-lo como sucata a um dos ferros-velhos da cidade

Recolheram uma de suas partes e, com a utilização de um carrinho de mão, levaram-na para a moradia de Roberto, no nº 68 da Rua 57, no Setor Central. No quintal da casa, usando ferramentas comuns, separaram a parte de chumbo do restante da peça, rompendo a janela de irídio que protegia a cápsula de céσιο 137, o que permitiu a liberação de radioatividade para o meio ambiente. Tinha início aí o acidente com o céσιο 137 em Goiânia.

A partir da violação do lacre do equipamento, a radiação foi liberada para um grupo de pessoas que manipularam partículas de céσιο 137 como se fossem sucata comum. Como consequência, os efeitos do acidente atingiram homens, mulheres, crianças, animais domésticos, casas, ruas, chegando até à atmosfera. A radiação, oficialmente, atingiu uma área de 2.000 m² não contínuos, infiltrando-se no solo até a profundidade de 50 cm, em alguns pontos, provocando a necessidade da derrubada de árvores e plantas, num raio de 100 m das zonas afetadas. Segundo informações de técnicos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) que participaram do processo de descontaminação de Goiânia, foram demolidas sete casas e gerados 6.500 m³ de rejeitos radioativos, que foram transferidos para um depósito provisório na cidade de Abadia de Goiás onde, posteriormente, foi construído um depósito definitivo.

De acordo com informações oficiais, quando o fato se tornou público dezesseis dias mais tarde, 249 pessoas já estavam contaminadas ou irradiadas, entre as quais quatro faleceram em menos de um mês contado a partir da divulgação do acidente.

Em decorrência das peculiaridades do evento, criou-se a necessidade de fazer circular entre a população uma série de informações normalmente restritas a

¹ Doutora em Ciências Sociais, professora da Universidade Católica de Goiás.

especialistas que lidam com o césio 137 no campo da ciência e da tecnologia. A transmissão rápida dessas informações ocorreu principalmente pela utilização dos meios de comunicação de massa: imprensa e redes de rádio e televisão. Tratava-se de informar ao público o que era o césio 137, bem como as conseqüências decorrentes da contaminação ou irradiação com esse elemento.

Assim, ao mesmo tempo em que o acidente vinha a público e, por força de seu ineditismo, se impunha como pauta em todos os meios de comunicação, já se podiam observar objetivamente os efeitos da radiação sobre aqueles que haviam sido submetidos à exposição em altas doses. Em razão de a radioatividade ser silenciosa, invisível, inodora e indolor; de seus efeitos manifestarem-se geralmente apenas a longo prazo, quando o indivíduo é submetido a uma baixa dose; e, mais ainda, em razão da impossibilidade de estabelecer rapidamente a rota de disseminação da radioatividade pelo espaço e pelos grupos atingidos, a população de Goiânia viu-se em um estado emocional de perplexidade, seguido de medo e pânico.

Os meios de comunicação divulgavam o acontecimento e simultaneamente propagavam as conseqüências da exposição à radioatividade, como o comprometimento genético, o câncer, e, no limite, a morte. Nesse contexto, apossou-se de muitos habitantes da cidade o medo de estarem contaminados. Diante do sentimento de ameaça de que a população se viu tomada e frente às recomendações difundidas pelos técnicos — no sentido de que as pessoas evitassem trafegar pelas áreas contaminadas e manter contato com indivíduos já identificados como expostos à radiação, medidas que eram indispensáveis para conter a expansão das conseqüências do acidente —, o público reelaborou essas informações e passou a adotar um comportamento discriminatório, inicialmente em relação aos atingidos e, posteriormente, em relação a todos os moradores das áreas onde os focos mais graves foram identificados. Em seguida, num crescendo, esse comportamento discriminatório foi estendido aos produtos e serviços comercializados nos bairros identificados como áreas do acidente, saltou os limites do município e as fronteiras do Estado e começou a se manifestar em relação às pessoas e mercadorias originárias de Goiás.

Elegi como elemento de análise do acidente o discurso produzido por diferentes grupos sociais. Estes sujeitos situaram-se em diferentes campos de legitimidade do saber/informação e, por isso, tornou-se necessário examinar a rede de interlocuções que se estabeleceu entre eles. Para efeito de classificação, foram

identificados cinco campos discursivos: o do técnico falando em nome de sua instituição, o do cientista falando em seu nome e desde a sua instituição, o do político falando em nome de sua esfera partidária de poder (ou da contestação ao poder), o de representantes da sociedade civil ou de associações falando desde e em nome delas, e, finalmente, o de pessoas comuns, inclusive os atingidos, falando em nome próprio ou coletivo. Por razões de espaço, privilegiei neste artigo somente o discurso das vítimas.

O distanciamento em relação aos acontecimentos permite mostrar que foram duas as questões fundamentais produzidas pelo acidente: 1) a de encontrar um lugar para o armazenamento do lixo radioativo que, apesar de todos os percalços, foi solucionada com a construção do depósito de rejeitos em Abadia de Goiás; e 2) a questão da assistência às vítimas que, a meu ver, não foi solucionada satisfatoriamente.

Por esse motivo e para reavivar a memória social do acidente, a partir deste ponto procurarei retomá-lo servindo-me das falas dos atingidos. Utilizo, para tanto, algumas manifestações que compuseram a dissertação de mestrado intitulada *Roubados em seus sonhos: uma interpretação da cobertura jornalística sobre o acidente com o céσιο 137 em Goiânia*, escrita por Ana Wojtowicz e apresentada ao departamento de Antropologia da UnB. O trabalho de levantamento dos dados foi realizado em julho de 1988, portanto menos de um ano após sua ocorrência, quando todos os aspectos da vida dos acidentados eram marcados pela incerteza. Wojtowicz entrevistou catorze pessoas atingidas, tendo publicado os depoimentos na íntegra. Parte significativa dos discursos dos acidentados foi constituída desse material. Outro conjunto de entrevistas resultou do recadastramento realizado em cooperação com a Associação das Vítimas do Césio 137. Em 1992, quando da realização da Conferência Eco-92, essa associação participou da assinatura de um convênio internacional com o governo de Cuba, com o objetivo de encaminhar vítimas para tratamento naquele país, em razão da experiência ali acumulada com o atendimento a crianças irradiadas em Chernobyl. Esse convênio exigiu a realização de um recadastramento das vítimas, esforço de que participei juntamente com a direção da associação, momento em que foram entrevistadas 307 pessoas, das quais 137 na condição de amigos e vizinhos, 84 de parentes e 86 nos locais de trabalho. Além disso, parte expressiva do discurso das vítimas pôde ser reconstituída nas matérias dos jornais que analisei.

O céσιο 137 invadiu o cotidiano das vítimas percebido como “um pó brilhante como purpurina”, “uma pedra mágica, que atrai”. Tratava-se de um elemento desconhecido, tido como extraordinário, que alimentava as fantasias de um grupo de pessoas que, ordinariamente, tinham pouco com que sonhar.

No dia 21 de outubro de 1987, o jornal *O Popular* publicou a matéria “HGG dá alta para duas vítimas”. Nela, o depoimento de Sérgio Queiroz, na inocência de seus treze anos, sintetizava as emoções e sentimentos vivenciados pelo grupo com a descoberta.

Sérgio contou que foi chamado pelo amigo [Lucimar, filho de Ivo Ferreira] para ver o “pó brilhante”, que todos estavam a contemplar na sala. Ele não tem a menor idéia do que seja a radioatividade, pegou o pó, achou bonito e esfregou numa das mãos. “Era da cor das estrelas”, arrematou. (p. 5)

A mesma característica que deslumbrou aquele grupo — a luminosidade por ele emitida na escuridão, como um azul celeste — inspirou os cientistas que descobriram o elemento químico a denominarem-no *cesium*.

O circuito da contaminação teve início quando a proteção da peça foi violada, e expandiu-se nos itinerários efetuados por aqueles que tiveram contato com as pessoas que carregavam partículas do céσιο 137 em seus corpos, vestuários e calçados, ou com as irradiadas, aquelas que foram atingidas pelos raios alfa e beta emitidos pelo céσιο 137. O circuito multiplicou-se rapidamente quando, retirado do quintal da casa de Roberto, foi transferido para o ferro-velho I, conforme se pode observar na narrativa de Wagner a respeito da transação de compra e venda realizada com Devair. Afirma Wagner Mota:

Deu 128 quilos, mas ele [Devair] só pagou 120. (...) Aí pegamos os 1.800 cruzados [equivalente a R\$ 70 de hoje], chegamos lá fora e repartimos o dinheiro. Eu fui pra minha casa e Roberto foi pra dele. (Wojtowicz, 1990, p. 117 e 134)

A partir daí, o circuito da contaminação expandiu-se no interior de relações sociais de parentesco, amizade, vizinhança e trabalho, conforme pretendo exemplificar.

Em outro depoimento para a mesma autora, Luísa Odete, ao descrever sua percepção do céσιο 137, relata a propagação nas relações de parentesco:

Eu nunca imaginava que podia existir uma coisas dessas, né? O meu primo, o Ivo, foi na casa do Devair e levou um pouquinho pra casa dele. Aí eu cheguei lá, e a Leide me falou: “Titia vem cá ver a pedra alumiante que o papai trouxe”. E me arrastou pela mão e me levou pro quarto. Aí ela apagou a luz e eu vi que aquilo

realmente brilhava, que era um encanto! No chão esparramado, brilhava que até aumentava aqueles raios. Aí olhei aquilo e achei bonito, mas não imaginei nada. (p. 99)

O percurso da rota de contaminações continuou nas relações de trabalho:

Eu trabalhava e morava no ferro-velho do Devair e transporte parte da peça da casa do Roberto para o ferro-velho. Tive uma radiolesão grave no pé. Recebi dose de 50 rads. Faço parte do grupo I. (Recadastramento. Nome: Eterno Almeida dos Santos, 35. Profissão: Catador de papel. Instrução: 2º ano primário. Endereço à época do acidente: Rua 26-A, Setor Aeroporto, ferro-velho I: Devair).

Entretanto, a disseminação da radioatividade no ambiente de trabalho não ficou circunscrita ao ferro-velho I. Ela fez-se presente em todos os caminhos percorridos pela cápsula.

O seguinte trecho do depoimento de Devair a Wojtowicz (1990, p. 91) esclarece um dos roteiros da cápsula: “Ela foi parar no ferro-velho maior, na outra sexta-feira, depois que os meninos quebraram ela. Eles amassaram ela toda, tinha perdido já aquele brilho, eu mandei ela pra outro ferro-velho”. Tratava-se daquele que foi denominado ferro-velho III, situado no Setor dos Funcionários. Dali ela foi resgatada por Maria Gabriela, esposa de Devair e primeira vítima fatal do acidente, e conduzida à Vigilância Sanitária. Assim, o acontecimento foi retirado do âmbito daquele grupo social para se tornar público.

Do deslumbramento inicial com o material radioativo, essas pessoas foram atiradas ao pesadelo das conseqüências da exposição radioativa sobre o organismo humano. Inusitadamente, os sintomas da radioatividade começaram a se manifestar. Destaco a seguir o relato de Devair, contaminado com uma dosagem em torno de 1.000 rads, dose suficiente para provocar a morte.

Então, mas eu perdi todo o couro da mão. Todas as unhas. Ainda tenho ferimentos. Mas isso aqui saiu tudo. Perdi todo o couro da boca, todo o pêlo do meu corpo. (...) Minha mulher cismou com aquele troço. Ela dizia: “É esse trem que está fazendo mal pra nós”. Aí os meus dentes bambearam todos. Eu não tinha sabor de nada. Sal e açúcar eram uma coisa só. Fui inchando, não agüentava mais andar. E meu pêlo pegou a cair. E ela, falando que era aquilo, mas eu não acreditava que era aquilo. Eu adorava [a cápsula de céσιο]. (Wojtowicz, 1990, p. 73-74)

A respeito das medidas de descontaminação, relatou, durante o recadastramento, Madalena Pereira Gonçalves, 46 anos, analfabeta, moradora no local de trabalho:

Seu Ivo foi no Devair, pôs um pouco do pó no bolso e mostrou pra gente. Peguei no pó e passei no braço. Quando foi descoberto fui pro Estádio Olímpico, fiquei quinze dias, e depois pro INAMPS e fiquei mais dez dias. Deram banho com sabão de coco e vinagre. Depois fui pra FEBEM onde fiquei quatro meses.

Senti queimar e coçar o braço, deu uma bolha e furei. O cabelo caiu todo, depois nasceu. Hoje sinto inchação no rosto, pressão alta e no braço sinto coceira.

Entretanto, nem todos os atingidos tiveram a mesma assistência. Sobre omissões que causaram trágicas conseqüências, o depoimento de Aristides é exemplar:

No dia 25 de setembro a fonte foi levada para o ferro-velho em que eu trabalhava. Fiquei contaminado a ponto de contaminar minha casa, roupas, sofá e minha cama.

Logo que foi descoberto do que se tratava, o meu local de trabalho foi interditado, indo para outro ferro-velho que tinha uma contaminação mais “aceitável”, na rua 7, do Setor Marechal Rondon. Lá trabalhei mais ou menos dois meses. Mesmo trabalhando, ia sempre no Estádio Olímpico para fazer a medição.

No início fazia acompanhamento na FUNLEIDE. Depois fui dispensado do acompanhamento, com a alegação de que o grupo III não inspirava cuidados maiores, já que minha saúde era boa.

Em 1990 comecei a ter sérios problemas de saúde. Depois de ter passado por várias consultas médicas contando que tive contato com o céσιο 137, fui aconselhado por um médico do Hospital Santa Teresinha a procurar a FUNLEIDE. Mais uma vez em vão, pois lá disseram que meu problema não tinha nada a ver com o céσιο.

Hoje sou portador de linfopitelioma. Essa doença começou com um caroço no pescoço e problemas respiratórios. Hoje faço quimioterapia no Hospital Araújo Jorge.

Fiz voto de ir a Trindade colocar uma fotografia nos pés do Divino Pai Eterno. Me sinto melhor agora. (Recadastramento. Aristides Martins Borges Neto, 19 anos, instrução: 8ª série, residente à Rua Recife, 289, Vila Paraíso, Fama. Todos os documentos citados e diagnósticos acompanharam o histórico. Faleceu em 1993)

As infiridades possíveis de disseminação da radioatividade, ou da produção social do acidente, jamais imaginadas sequer pelos especialistas, podem ser exemplificadas nos relatos de Ernesto Fabiano:

Na 3ª feira já surgiram equipes com monitores. Minha esposa já havia jogado a pedra no vaso. Onde eu e Dalva pegávamos, contaminava: geladeira, pia, banheiro, o criado do quarto. Mas toda a casa ficou contaminada

E nos relatos de Odesson Alves Ferreira, irmão de Devair:

A minha família só teve problema porque eu levei cinco porcos contaminados lá pra casa [no município de Aparecida de Goiânia], que eram porcos do Ivo. Eu coloquei numa Kombi e levei lá pra casa. Então contaminou a Kombi, contaminou os animais que eu tinha em casa. E a minha família pegou pouca contaminação, mais

através desses animais. Porque ali tinha galinha que botava. Elas estavam contaminadas e contaminaram os ovos. (Wojtowicz, 1990, p. 236)

O rompimento das relações cotidianas das vítimas pode ser percebido no relato de Lucélia, filha de Ivo e Lurdes Ferreira:

Quando eu voltei na terça-feira [na casa dos pais, para visitá-los], estava tudo interditado e o pessoal não me deixou entrar na casa de minha mãe. Falaram que o pessoal que morava naquela casa estava no Estádio Olímpico. Aí fui lá e pedi para entrar, eles não quiseram deixar; aí chamaram minha mãe e eu conversei com ela à distância e com os outros: Israel, Carlos Fernando.

Aí me mediram, pegaram o sapato que eu estava usando. Fui embora. Foram em casa, pediram a roupa que eu estava usando, levaram. Continuei em casa. Aí eles foram para a FEBEM e eu ia sempre visitar. Quando saíram, foram para o Conjunto Maísa. (Recadastramento. Lucélia das Neves Ferreira, 19 anos, instrução: 8ª série.)

A condição de acidentados rompia a unidade familiar. Os membros de uma mesma família eram transferidos para locais diferentes, de acordo com o grau de irradiação recebida, ao mesmo tempo em que os desalojados para a descontaminação das casas eram transformados em peregrinos pela cidade:

Os técnicos foram em casa e levaram o Ernesto para internar e eu não pude ir junto. Interditaram nossa casa e saímos com a roupa do corpo. Fui para casa de minha mãe, com minha filha Adriana, no Conjunto Vera Cruz I. Lá fiquei alguns dias. Recebemos roupas e sapatos usados. Da casa de minha mãe, voltei para a minha sogra na Rua 26-A. Fiquei três meses sem poder alugar casa. Quando alugava e eles sabiam que era vítima, devolviam o dinheiro e pegavam a chave de volta. (Recadastramento. Dalva Felizardo Fabiano, 42, nível de instrução: 3ª Série, esposa de Ernesto Fabiano.)

Os que permaneceram na área passaram a vivenciar uma experiência de convivência com técnicos nucleares, submetidos a medidas de contenção do acidente, com toda a tensão que esses procedimentos representavam. Um dos atingidos relata o momento em que seus pertences pessoais eram identificados como lixo radioativo:

Não fui ao Estádio Olímpico fazer a medição, porém a fiz em minha própria casa, com uma equipe da CNEN, acusando baixo grau de radiação.

Na ocasião, foram levados uma camiseta e um tênis que eu estava usando. Posteriormente a equipe recolheu mais: roupas, tapete, manta, cobertor. Mais tarde, quando voltaram para nova medição, retiraram tacos do piso, nos lugares onde a família circulava mais, pedaços de sofá, a tampa da fossa (de cimento) que ficava debaixo do pé de goiaba, onde tinha um balanço no qual as crianças brincavam. Mais ou menos um mês depois fomos aconselhados a mudar para que a casa fosse submetida a descontaminação. (Recadastramento. Eleni Rodrigues da Silva Filho, 23, residente na Rua 15-A, nº 285, Setor Aeroporto).

Acredita-se ser a responsabilização um dos pontos em que a ambigüidade se colocou como característica da auto-percepção de parte das vítimas. Viam-se uns aos outros ao mesmo tempo como vítimas e como responsáveis pelo acontecimento. Necessitavam elaborar a identidade de vítima, pois era esta que referendava a luta pelo atendimento médico, pela assistência social, pela busca da indenização. E, simultaneamente, conviviam com a culpa de terem objetivamente colocado seus parentes em contato com o césio 137. Por isso, tinham necessidade de reelaborar o passado.

O próprio Ivo tinha dificuldade de precisar os seus sentimentos em relação a Wagner Mota e outras vítimas:

No início eu tinha vontade de matar o Wagner. Não por causa do acidente, mas porque ele fazia as contas de quanto ia receber. No Rio de Janeiro, a gente morrendo e ele falando que ele agora podia comprar tudo para a mulher dele. Eu quis desligar os aparelhos dele. Os outros bateram com o bico e os médicos fizeram plantão. Sofreu muito, mas sempre muito orgulhoso, arrogante: morrendo e pensando em dinheiro. Hoje tá bom. Já fui na casa dele. Paciente bom era como o Ernesto, sofria e rezava. Roberto eu não tinha raiva, porque ele nunca falou em dinheiro. (Recadastramento).

O mais difícil parecia ser conviver com a própria incriminação. Segundo Lurdes:

Eu faço esforço, procuro distrair pro Ivo não ficar chateado, porque apesar de tudo, ele se sente culpado. Ele não fala, mas sei que ele se sente culpado de ter levado o pó pra dentro de casa. Então eu agüento tudo calada, mas vivendo por fora e chorando por dentro. Pra mim é muito difícil. (Wojtowicz , 1990, p. 221)

Entretanto, promover deliberadamente o esquecimento pessoal significava também conviver com a ameaça do esquecimento coletivo, como ficou evidenciado no depoimento de Rosa Bento Gonçalves:

Tenho medo que no final da história do césio meus filhos possam contrair alguma doença grave. Eu sinto que cada dia que passa aparecem coisas que nós desconhecemos e sem explicação (...) Eu tenho medo de ficarmos doentes e esquecidos pelo mundo, só queremos ter direito de viver. (Recadastramento. Rosa Bento Gonçalves, 28 anos, moradora da Rua 57 nº 68, fundos, S. Central. Estava grávida de quatro meses; foi submetida a uma dose de contaminação de 110 rads. O filho nasceu contaminado com 20 rads.)

Assim, embora a necessidade do esquecimento estivesse instalada, sua impossibilidade ficava clara. Quando confrontado pela entrevistadora, Ernesto

Fabiano procurou expor seus sentimentos frente às notícias de jornais relativas ao período crítico do acidente:

A gente relembra, eu pra mim foi um pesadelo. Eu não vou esquecer isso nunca. Mesmo eu voltando à minha vida normal, sempre que tiver uma lembrança ou alguém me falar a respeito de radioativo, de qualquer um aparelho assim, eu vou estar sempre me lembrando. Isso vai ficar marcado na minha vida. (Wojtowicz, 1990, p. 226)

Evidencia-se nesse depoimento que a representação sobre o acidente já fora constituída. Dela faziam parte elementos abstratos, como radioativo e radiação, e imagens de objetos concretos, como aparelhos de radioterapia, que ficaram inscritos de forma indelével na memória pessoal (“sempre que tiver uma lembrança”) e na memória social (“sempre que alguém me falar”). Configurava-se a certeza de que haveria outras pessoas com quem compartilhar a lembrança e fazer lembrar o acontecimento.

Num sentido bem amplo, pode-se discutir se o esquecimento não se operava por um acordo fáustico e dramático entre dois grupos. De um lado, uma população, envolvida indiretamente na tragédia, que precisava esquecer a ameaça que pairava sobre si mesma. De outro lado, as vítimas que culpavam a si próprias — porque foram diretamente responsáveis pelo acontecimento — e culpavam aos demais, ao mesmo tempo que se viam transformadas em ameaças.

Incrível o desconforto e o silêncio necessário frente a isso.